



INFORMAÇÃO NÚMERO 2, ABRIL | 2020

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu

## **Medidas COVID-19 para o Sector Agrícola** **Pedidos de esclarecimento**

Tendo por base o documento “Plano de medidas excecionais para o setor agroalimentar no quadro da pandemia COVID19 “divulgado pelo Gabinete da Ministra da Agricultura, a 31 de Março, junto enviamos um conjunto de questões que gostaríamos de ver esclarecidas.

### **Ponto 3 – Medidas em Curso**

#### **Ponto 3.1. Medidas Transversais**

##### **Liquidez e Crédito (página 6)**

Haverá uma linha de crédito específica para a agricultura?

Haverá mais apoios financeiros para independentes e micro-empresas do sector?

Conforme anunciado no portal do Governo no dia 10 de abril, foi alargada a linha de crédito de apoio a empresas inicialmente mais afetadas pela crise à globalidade do tecido empresarial português, que inclui agora todo o setor agroalimentar.

A agora denominada Linha de Crédito Covid-19 – Apoio à Atividade Económica pretende, tal como a anterior, assegurar os instrumentos de crédito de apoio à tesouraria das empresas, com o intuito de preservar a sua capacidade produtiva e os seus postos de trabalho.

A decisão foi tomada após a autorização da Comissão Europeia para alargar o montante das linhas de crédito com garantia de Estado até 13 mil milhões de euros, assim como os setores abrangidos.

A nova linha de crédito inclui também os empresários em nome individual, com ou sem contabilidade organizada, e as empresas constituídas há menos de 24 meses, independentemente da sua situação líquida para efeitos de concessão do referido crédito.

As condições atuais desta linha podem ser consultadas em <https://www.spgm.pt/pt/catalogo/linha-de-apoio-a-economia-covid-19/>.

#### **3.2. Medidas Setoriais**

##### **Desenvolvimento Rural - PDR2020 (página 8)**

##### **Ponto 19 - Atribuição de adiantamentos para liquidação dos pedidos de pagamento no âmbito da medida do PDR2020, com regularização posterior – Medidas económicas Covid-19**

No que consistem estes adiantamentos, como será a sua operacionalização, com que periodicidade serão feitos os pagamentos e para que tipologia de pedidos de pagamento se aplicam (intercalares, final)?

A CAP teve a informação que estes adiantamentos serão pagos em duas tranches: uma inicial de 70% e outra final de 30%. Seria possível confirmar esta informação?

Os adiantamentos em causa visam assegurar liquidez imediata a todos os promotores de projectos no âmbito do PDR2020, Promoção de vinhos e PO do sector hortofrutícola que submeteram pedidos de pagamento.

Até 09/04/2020 já foram processados adiantamentos sobre os pedidos de pagamento submetidos até 03/04/2020.

Este procedimento será repetido regularmente ao longo das semanas seguintes, sendo que a regularização normal dos pedidos de pagamento após validação integral permitirá disponibilizar os fundos necessários à manutenção do processo.

O adiantamento será calculado sobre o montante de despesa elegível submetida no pedido de pagamento (intercalar ou final), e de valor correspondente a 70%.

Ressalva-se que a atribuição de adiantamentos sobre despesa cuja elegibilidade depende do cumprimento de condicionantes, que não estão cumpridas e poderão nunca o vir a ser, não pode ser considerada. De facto, a existência de despesa sem que a intervenção em causa esteja legalizada, indicia uma potencial irregularidade.

Seria também muito importante apresentar alguns exemplos elucidativos de como serão atribuídos estes adiantamentos.

No caso de um pedido de pagamento da medida 3.2.1 – Investimento nas explorações agrícolas com um montante total da despesa elegível submetida de 200 mil euros, será processado um adiantamento no valor de 140 mil euros.

Um beneficiário que tenha um pedido de pagamento em análise, cujo adiantamento já tenha sido liquidado, pode submeter um outro pedido de pagamento enquanto não terminar a análise do primeiro?

Mantêm-se as regras aplicáveis à apresentação de pedidos de pagamento.

A atribuição de um adiantamento a um segundo pedido de pagamento do mesmo projeto obriga à regularização do anterior.

Por fim, solicitamos uma listagem de todas as operações do PDR2020 às quais esta medida se aplica.

Os adiantamentos serão atribuídos a todas as medidas do PDR2020, com exceção das medidas incluídas no Pedido Único.

**Ponto 20 - São elegíveis para reembolso as despesas comprovadamente suportadas pelos beneficiários em iniciativas ou ações canceladas ou adiadas por razões relacionadas com a COVID-19, previstas em projetos aprovados pelo PDR 2020 – n.º 2, do Artigo 3, da Portaria nº 81/2020, de 26 de Março.**

Como irá ser operacionalizada esta medida, nomeadamente o que se entende por “despesas comprovadamente suportadas pelos beneficiários”?

O previsto na Portaria 81/2020, de 26 de março, insere-se na mesma natureza de medidas previstas na RCM nº 10-A/2020 (áreas da internacionalização e da formação profissional), e deve ser entendida como de caráter excecional e pontual. As operações onde pode vir a ter aplicação para situações pontuais, são as seguintes:

- Ação 1.1. Grupos Operacionais
- Operação 2.1.1 Formação Profissional
- Operação 2.1.4 Ações de Informação
- Operação 10.3 «Cooperação LEADER», especialmente participação em eventos em países terceiros
- Operação 10.4 «Funcionamento dos GAL
- REDE RURAL NACIONAL

Estão em causa despesas relacionadas com deslocações, em especial com alojamento e viagens ou despesas já incorridas com participação ou organização de seminários, colóquios, congressos e outros eventos relevantes; despesas com atividades de demonstração e disseminação de resultados, designadamente produção ou aquisição de material de demonstração e divulgação, organização de ações de demonstração e de disseminação, participação em seminários, colóquios, congressos e outros eventos relevantes para a demonstração e disseminação dos resultados.

Exemplos de ocorrências reais: viagens de avião pagas; reservas de Hotel pagas; Pagamento de congressos e seminários; alugueres de salas confirmadas; cartazes já produzidos.

Seria muito importante perceber para que operações do PDR2020 se aplica esta medida, e deixamos 2 exemplos práticos, que gostaríamos de ver esclarecidos:

**Exemplo 1** – operação 2.1.4 - Seminário cancelado: Despesa A - hotel pago, sem possibilidade de devolução de dinheiro; Despesa B - material específico para esse seminário pago, sem possibilidade de devolução; Despesa C - tempo e recursos gastos pelos técnicos na preparação do seminário.

Qual será o enquadramento destas 3 despesas nesta medida?

**Exemplo 2** – operação 3.2.1 –O beneficiário adquiriu plantas e já as tem na exploração; a plantação tem se ser feita nesta altura (as práticas agronómicas não se alteram com uma pandemia); estava previsto o PDR apoiar a instalação da cultura por recurso a outsourcing, mas a empresa prestadora de serviços fechou e não presta estes serviços durante este período; o beneficiário tem de fazer a instalação da cultura com os seus próprios meios.

Este tipo de despesas não previstas no termo de aceitação inicial (ex: instalação da cultura por meios próprios), mas que surge como efeito direto ou indireto da pandemia, podem ser enquadradas nesta medida? Em caso afirmativo como devem proceder os beneficiários para ter direito à ajuda?

Relativamente aos exemplos elencados, no exemplo 1, são elegíveis as despesas mencionadas nos pressupostos da excecionalidade.

A comprovação das despesas deve ser através da apresentação de fatura e recibo e comprovativo da não realização do evento.

O exemplo 2 poderá eventualmente enquadrar-se no âmbito das contribuições em espécies, que poderão ser elegíveis.

## Medidas de Mercado

### Vinho – páginas 9 e 10

#### Apoios à promoção de vinhos em países terceiros. Pontos 26 a 28

#### Apoios à promoção do vinho e produtos vínicos no mercado interno. Pontos 31 a 33

Quando se prevê estarem operacionais? Qual será o valor do adiantamento previsto no ponto 28 (Atribuição de adiantamentos para liquidação dos pedidos de pagamento)?

Relativamente à promoção de vinhos em países terceiros, o regime de adiantamentos é o mesmo que para as medidas do PDR (70% do valor da despesa elegível submetida pelo beneficiário).

Os adiantamentos no âmbito desta medida já foram processados, com depósito em conta dos beneficiários no dia 9 abril. O procedimento será repetido em função da submissão de novos pedidos de pagamento.

Quanto à promoção de vinhos no mercado interno, as medidas encontram-se implementadas, ou seja:

Ponto 31 - A decisão das candidaturas relativas à promoção de vinho e produtos vínicos no mercado interno já foi comunicada pelo IVV aos beneficiários. Durante o ano de 2020 serão realizados os pagamentos, sendo identificadas e consideradas elegíveis as despesas comprovadamente suportadas em iniciativas ou ações canceladas ou adiadas por razões relacionadas com o COVID-19.

Ponto 32 - Está em revisão o processo de análise do Projetos de Promoção, especificamente no que diz respeito à verificação de taxas de execução dos projetos abaixo de 50%, o que originava uma reanálise dos projetos, com a possibilidade dos mesmos serem anulados ou reduzidos.

Ponto 33 - O prazo para a entrega do Relatório de execução final das ações realizadas em 2019 foi prorrogado para dia 30 de junho de 2020. No âmbito da assinatura dos contratos de Promoção Mercado Interno 2020, o prazo para devolução do contrato assinado, com recurso a assinatura digital, é flexibilizado, a pedido do Beneficiário.

### Apicultura. Página 10

#### Eliminação das penalizações inerentes ao não cumprimento dos objetivos das ações aprovadas no âmbito do PAN 2020. – ações 1.1., 2.1., 3.1., 5.1. Ponto 34

É importante que o Ministério da Agricultura clarifique a forma como irá operacionalizar a eliminação das penalizações inerentes ao não cumprimento dos objetivos das ações acima referidas aprovadas no âmbito do PAN 2020;

Esta matéria será objeto de publicação de alteração das normas aplicáveis.

### Outras Medidas Administrativas – página 12

#### Ponto 47 – Explicar com detalhe o que significa, na prática, esta flexibilização.

A situação referida no Despacho 14/G/2020 da DGAV prende-se com a comunicação ao SNIRA da identificação de ruminantes que foi alargada para 30 dias, quando esta não é realizada pelo titular dos animais.

**Ponto 50- Prorrogada a validade dos cartões de identificação dos técnicos responsáveis, operadores de venda e aplicadores de produtos fitofarmacêuticos, incluindo aplicadores especializados;**

Esta medida é operacionalizada pelo Despacho nº 13/G/2020 da DGAV, referente aos prazos de validade dos cartões de técnicos responsáveis, operadores de venda e aplicadores de produtos fitofarmacêuticos. Este Despacho dispõe que *“... devem entender-se como válidos os cartões de identificação dos técnicos responsáveis, operadores de venda e aplicadores de produtos fitofarmacêuticos incluindo aplicadores especializados cujo prazo de renovação tenha expirado ou venha a expirar após a data de entrada em vigor do referido decreto-lei ou nos 15 dias imediatamente anteriores ou posteriores.”* Qual o significado da menção relativa aos *“15 dias imediatamente anteriores ou posteriores”*?

O despacho tem por base o disposto no n.º 1, do art.º 16.º do Decreto Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua redação atual.

Considerando a Declaração de Retificação n.º 11-B/2020, de 16 de março, o n.º 1 do art.º 16.º passou a ter nova redação conforme abaixo:

*Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as autoridades públicas aceitam, para todos os efeitos legais, a exibição de documentos suscetíveis de renovação cujo prazo de validade expire a partir da data de entrada em vigor do presente decreto-lei ou nos 15 dias imediatamente anteriores.*

Nesse sentido deve ler-se apenas *“15 dias imediatamente anteriores”*.

#### **4. Medidas em estudo no âmbito comunitário**

##### **Pagamentos Diretos (página 13)**

**Apoio associado** – Esta possibilidade deveria ser explicada e analisada, dado que, pelo menos no caso da vaca em aleitamento, e no decorrer das medidas da seca em vigor, (possibilidade de elegibilidade de 40% de novilhas) esta forma de pagamento com base em 2019 é prejudicial.

Não há acolhimento por parte da Comissão em atuar neste âmbito. A proposta colocada a votação em Comité de Gestão de 14 de abril circunscreveu-se ao aumento da taxa de adiantamento.

##### **Greening – Diversificação de culturas e superfície de interesse ecológica**

Considerando que a derrogação do cumprimento das práticas benéficas para o clima e o ambiente relativas à *“diversificação de culturas”* e à *“superfície de interesse ecológico”*, tem implicações que vão muito para além da permissão do pastoreio das áreas de pousio, não faz sentido a menção que é feita a essa permissão na parte final deste parágrafo, pelo que solicitamos um esclarecimento relativamente a este ponto.

Em estudo, a possibilidade da questão ser enquadrada por via de um diploma nacional que irá enquadrar estas situações na aplicação *“caso de força maior”*.

## Medidas de Mercado - página 14

### Medidas de mercado – 2º ponto

Qual o enquadramento que se está a equacionar para as medidas excepcionais a aplicar ao sector das frutas e produtos hortícolas? Pretende-se permitir que as OP retirem uma quantidade de produtos do mercado, para além daquelas que estavam previstas nos Programas Operacionais, à semelhança do que se verificou com as crises da *E. Coli* e embargo russo? Da mesma forma, pretende-se permitir que os produtores não pertencentes a nenhuma OP possam efetuar retiradas de produtos através destas estruturas?

Portugal já manifestou preocupação com a evolução da situação e faz parte de um conjunto de EM que solicitaram a aplicação de medidas excepcionais ao abrigo da OCM para os setores mais afetados, nomeadamente, ovinos e caprinos (leite e carne), leitões para abate, Frutas e Hortícolas e Flores.

Tratam-se de medidas que dependem de definição e aprovação por parte da CE, de quem se aguarda a respetiva proposta.

Está em preparação um documento conjunto de vários EM, incluindo PT, a insistir junto da CE para a necessidade de serem definidas estas medidas com a maior brevidade possível

## Medidas veterinárias/alimentares – página 15

### Antecipação de pagamentos das medidas veterinárias co-financiadas pela Comissão Europeia

A que medidas se referem? Temos de perceber que medidas estão aqui enquadradas.

Esta proposta resulta de uma tentativa junto da Comissão Europeia para que a mesma antecipe os pagamentos a realizar às Autoridades Competentes de cada EM das medidas sanitárias e fitossanitárias comparticipadas, ao invés de proceder a reembolsos com as despesas efetuadas. Esta medida iria permitir o pagamento atempado às OPP, aos laboratórios que efetuam as análises de controlo oficial e a cada uma das entidades oficiais que colabora na execução dos programas sanitários ou fitossanitários, como é o caso das DRAP.

## ANEXO – Situação de Mercado

Faltam os sectores bovino, ovino e caprino.

Nos sectores abordados, nomeadamente nos *Pontos sensíveis para acompanhamento*, quer no leite, quer nos suínos não é levantada a possibilidade de intervenção no leite em pó e a armazenagem privada no caso dos leitões.

Foi efetuada a revisão do anexo, incluindo a análise dos setores assinalados.

O anexo pretende informar sobre a situação de mercado, e identificar aspetos que devem ser acompanhados para melhor se seguir a evolução, nomeadamente a nível de aprovisionamento alimentar ou de impacto económico setorial, não se pretendendo aqui referir propostas de atuação ou medidas aplicáveis.

Lisboa, 15 de Abril de 2020